

Juventude e Educação: A UESP como Movimento de Luta no Vale do São Francisco

Bárbara Monteiro Salviano Mendes¹

Bruna da Silva Barbosa¹

Erick Eduardo Pionório Bahia¹

João Batista Alves Neto¹

Marília Gabriela da Silva Ferreira¹

Thaís Sousa Nunes¹

Paulo José Pereira²

1. Introdução

A juventude, sendo uma característica social construída, traz ao longo dos tempos uma constante mutação no seu entendimento. Assim o significado de ser jovem foi se alterando ao longo dos anos e interpretado de maneira diferente por diferentes pesquisadores das diversas áreas do conhecimento. Nesse contexto, houve também uma evolução da compreensão, não só da sociedade, mas também por este próprio grupo da população, dos deveres e direitos que permeiam a sua existência como cidadão.

No Brasil, nos últimos anos, a necessidade para um olhar mais assertivo sobre esta parcela da população é cada vez mais evidente. Contudo, é necessário que as políticas públicas tenham a percepção de que a juventude não é um grupo homogêneo e também eliminar os estigmas ainda existentes sobre o jovem na sociedade brasileira, que a depender do contexto socioeconômico, é identificado, entre outras coisas, como irresponsável, alienado, marginal e perigoso.

As demandas da juventude estão relacionadas, entre outras, oportunidade de trabalho, atendimento a saúde, segurança e especialmente o acesso à educação de qualidade. O bônus demográfico, que ocorre quando há um grande contingente da população em idade produtiva e a existência de uma menor representação de crianças e idosos no total da população, praticamente foi desperdiçado pelo país.

É nesse cenário que os movimentos estudantis permanecem ainda relevantes na história de lutas do Brasil, representando os anseios deste grupo populacional, em um país em que a desigualdade social está longe de ser superada. Este estudo busca, por meio de uma discussão que perpassa as realidades da juventude brasileira e a luta pela educação, descrever

¹ Discente de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

² Docente do Colegiado de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

a trajetória da União dos Estudantes Secundaristas de Petrolina, município do estado de Pernambuco, ao longo dos últimos anos.

2. Realidades e Desafios da Juventude no Brasil

A juventude é um tema que gera bastante debate ao longo dos anos, acerca da definição do que é ser jovem, qual seu papel na sociedade, quais são seus principais desafios na construção de sua identidade, e sobretudo acerca da luta desse grupo por respeito aos seus direitos, atenção às suas demandas e credibilidade às suas reivindicações.

Há diversas divergências acerca da definição sobre o que é ser jovem, que perpassam sobretudo o quesito faixa etária. Em suas pesquisas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, define a juventude em um período compreendido entre 14 e 24 anos. Entretanto há alguns estudos que ressaltam a importância de flexibilizar essa definição. Sobre isso, Junior e Moura (2019) dizem que:

“A juventude não pode ser considerada uma categoria estática, a pluriatividade que permeia sua realidade precisa ser considerada para assim entendermos as relações que a permeiam. Portanto, é necessário analisar e compreender o jovem como um ator político inserido em uma complexa configuração social.” (JUNIOR; MOURA, 2019, p. 2)

Isso se dá pelo fato de que, principalmente entre o período da ditadura militar até os dias de hoje, o jovem brasileiro vem se mostrando um importante ator político para a sociedade, sobretudo no que se refere à sua participação ativa em momentos históricos do país, especialmente em reivindicações voltadas ao movimento estudantil. Todo esse processo é de extrema importância para a construção da identidade do jovem, entendendo-o como um sujeito de direitos, e não mais com uma visão limitante deles, onde há uma diminuição dos seus problemas.

Atualmente o jovem enfrenta desafios que perpassam diversas esferas, e que estão ligados a problemas educacionais, desemprego, falta de perspectiva do futuro, ansiedade; problemáticas que acaba dificultando cada dia mais a inserção efetiva do jovem na sociedade e com isso aumentando a necessidade da luta para alcançar direitos que não são garantidos para esse grupo.

Sobre isso, é importante entender que a fase da juventude é carregada por constantes mudanças, tais mudanças ocorrem de maneira muito rápida, quase imperceptível, e que influenciam totalmente nas decisões destes quando adultos, como também na sua construção pessoal. Embora isso venha a ter um lado positivo ao fazer a leitura de poder ter a liberdade e

o tempo de fazer escolhas nessa fase, como por exemplo os gostos musicais, nem sempre essas mudanças são vantajosas. Os jovens brasileiros vivem diversas realidades de vida, mas uma coisa que hoje é possível enxergar com clareza que atinge boa parte dessa juventude está ligada ao desafio de enfrentar o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) que infelizmente está atingindo muito cedo a juventude.

Segundo o médico oncologista, cientista e escritor brasileiro, Antônio Drauzio Varella, a TAG é caracterizada por um distúrbio que causa uma preocupação excessiva ou a elevação de uma expectativa apreensiva. A ansiedade é uma emoção normal, pois ela ocorre em diversos eventos da vida, como em uma entrevista de emprego, a realização de uma prova ou uma cirurgia delicada, entre outros acontecimentos, que se encaixam no padrão de normalidade e pode provocar medo, expectativa ou dúvida que antecedem esses eventos. Essa ansiedade opera como um sinal natural em que ocorre o preparo da pessoa para o enfrentamento do desafio presente. Sendo superado ou não, essa situação vai favorecer a novas adaptações.

Entre as causas, que podem levar ao transtorno de ansiedade, pode-se destacar a preparação para o vestibular, cobranças das escolhas para qual carreira seguir profissionalmente, problemas familiares, bullying, racismo, orientação sexual e abuso sexual, provocando nesse jovem a introspecção, o isolamento social, angústia, palpitações e muitas outras disfunções que atrapalham o funcionamento da vida.

Todos esses pontos citados anteriormente se intensificaram entre os anos de 2020 e 2021, período em que o vírus do Covid-19 disseminou em todo o mundo, forçando as autoridades sanitárias adotarem medidas de isolamento e distanciamento social. De acordo com Badrfam e Zandifar (2020), o crescimento acelerado da propagação do vírus, mais a severidade e as dúvidas sobre a doença, e a inseguranças diante ao tempo de duração somado as consequências durante o período pandêmico, apontam razões de nível grave à saúde mental da população em geral. Logo, essa juventude passou a ficar dentro de suas casas com a angústia de uma doença que pode levar à morte, mas permanecendo a preocupação de continuar estudando para entrar na faculdade aumentou. Como consequência, um estudo realizado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), mostrou que uma em cada quatro crianças e adolescentes que participaram do estudo apresentou ansiedade e depressão durante a pandemia com níveis clínicos ao qual se torna necessária a intervenção de especialistas.

Por outro lado, a fase da juventude também é costumeiramente associada pela sociedade como uma fase irresponsável, sem limites e de inconseqüências. Essa mesma

sociedade tende a condenar e vitimizar o jovem, isso ocorre de maneira crescente, justamente pelo fato do jovem está em constante mudança de comportamento. E as problemáticas que vem junto com essas mudanças não são levadas a sério, como exemplo o transtorno de ansiedade citada anteriormente como um dos principais problemas que a juventude enfrenta atualmente. Em alguns casos a interpretação que se tem de casos como esse, não passa de “um jovem querendo chamar atenção”.

Por anos a imagem do jovem dentro da sociedade foi fortalecida com base em pensamentos errôneos acerca do seu papel, principalmente enquanto seres engajados nos movimentos sociais. Ao longo dos anos houve uma forte onda em classificar os jovens que participavam de movimentos sociais como "rebeldes sem causa" ou delinquentes, pensamentos estes que enfraqueceram ainda mais a legitimidade que a sociedade dava para suas lutas e reivindicações. Mesmo tendo enfraquecido a partir da redemocratização na década de 1980, esses pensamentos ainda mantém reflexos nos dias de hoje. Sobre isso, Sposito e Carrano (2003) salientam:

“Ocorre uma convivência tensa entre a luta por uma nova concepção de direitos a essa fase da vida e a reiterada forma de separar a criança e o adolescente das elites do ‘outro’, não mais criança ou adolescente, mas delinquente, perigoso, virtual ameaça à ordem social” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.20)

Assim, alguns estudos no campo da Ciência Política ressaltam que indivíduos com prioridades básicas têm uma tendência a seguir valores aquisitivos, pois a sobrevivência será a primeira necessidade (Inglehart, 2012). Ou seja, de acordo com essa corrente o fato de um indivíduo enfrentar dificuldades em obter direitos básicos, poderia influenciar na sua disposição em se engajar e se preocupar com valores políticos, pois conseguir alcançar essa estabilidade econômica, social, e até emocional seria a primeira necessidade. Essa tese poderia explicar um pouco o baixo interesse da juventude por política, no sentido de que esses desafios que eles passam acabam por afastá-los do debate político, por conta da preocupação com seus desafios pessoais, e visando o enfrentamento deles de forma individual e não coletiva como a política proporciona.

Contudo, em contrapartida observando o histórico do país em relação à reivindicação de direitos, é perceptível que a ação política coletiva tem mais força e consegue atingir maiores patamares em relação às ações individuais. O engajamento da juventude dentro dos movimentos sociais, por exemplo, pôde contribuir para o alcance de direitos não reconhecidos politicamente.

Hoje o jovem pode contar com a Política Nacional de Juventude, criada em 2005, que entra em conjunto com os movimentos sociais visando transformar essa parte da população em sujeitos de direito. Porém, até meados dos anos de 1979, a população jovem era um sujeito desprovido de direitos, onde os debates sobre criação de políticas que assegurassem e protegessem os direitos sociais ocorriam para o restante da população, menos para a juventude. Os debates começam a surgir quando os jovens passam a ir às ruas exigir seus direitos por meio de movimentos sociais.

“O reconhecimento da necessidade de políticas públicas de caráter geracional para a juventude, tendo como diretriz a concepção de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, é recente. No Brasil, o reconhecimento da criança e do adolescente como prioridade nacional foi uma conquista dos movimentos sociais iniciados a partir dos anos de 1980, que culminaram com a realização, em 1985, do “Encontro Nacional de Grupos de Trabalhos Alternativos e a Criação do Movimento Meninos e Meninas de Rua” (Lopes; Silva; Malfitano, 2006). Finalmente, em 1988, a Constituição Federal incluiu no, Art.227, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (Silva e Silva, 2011, p. 666)

Para tanto, a movimentação da juventude fez pressão em cima da do governo para que assim fosse criado um órgão a nível federal que assegure os direitos da juventude.

“Motivado pelas demandas apresentadas por tais movimentos, ainda em 2003 começa a tramitar, no Congresso Nacional, o Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 138/2003, que dispunha sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, ou seja, objetivava garantir, para esse segmento, os direitos constitucionais já assegurados às crianças, adolescentes e idosos. Essa iniciativa representou o reconhecimento da importância do segmento para a elaboração de políticas públicas, reconhece esse grupo como sujeitos detentores de direitos. Nesse mesmo ano, a Câmara Federal estabeleceu a Comissão Especial de Juventude, com a atribuição de realizar uma ampla discussão com a sociedade para identificar e indicar os elementos essenciais à construção do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, bem como a indicação ao Governo Federal da necessidade de criar um órgão federal gestor da política nacional de juventude.” (Silva e Silva, 2011, p. 667)

E somente em 2005 ocorreu a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), Lei nº 11.129.

“O CONJUVE representa um importante canal de diálogo entre a representação juvenil e o governo federal, e tem como objetivo assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas de juventude.” (Silva e Silva, 2011, p. 668)

Assim, o jovem passa a ser reconhecido como um sujeito de direitos.

“Conforme o CONJUVE et al (2006), é necessário reconhecer os jovens como “... sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas”. Identificando a importância do reconhecimento do papel dos jovens como agentes ativos e autônomos, “... o reconhecimento dos seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia” (CONJUVE et al, 2006, p.7).

O jovem ao conquistar seus direitos passa a ser um ator social estratégico do desenvolvimento social. Sem o protagonismo da juventude muitos debates hoje não teriam abertura para serem falados abertamente e com isso receber acolhimento. O jovem exerce um papel de protagonista na sociedade.

“Protagonismo e Organização Juvenil, define que o “Protagonismo quer dizer, então, lutador principal, personagem principal. Portanto, protagonismo juvenil significa que o jovem tem de ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas ao seu favor.” (PL nº 4530/2004).” (Silva e Silva, 2011, p. 669)

É nesse protagonismo juvenil que existe a política do passe livre para estudantes, que existe o Id Jovem, que permite o jovem votar em eleições aos 16, entre outros pontos e bandeiras importantes que a juventude levanta, debate e luta, mostrando que não é um “rebelde sem causa”.

3. A educação como bandeira de luta para a juventude brasileira

A história da educação brasileira é marcada por vários contrastes. A mesma tem seu início um pouco antes do período imperial, quando ficou sob a responsabilidade dos padres jesuítas, mais precisamente da Companhia de Jesus, a responsabilidade de “educar”, converter os povos originários à fé católica. A prática educacional estava diretamente ligada a questões religiosas, no entanto, a educação nessa época não possuía características institucionais, com normas e diretrizes, como se compreende hoje. É somente no final do império, início da primeira república, que “a educação se passa a ser uma prática institucional-escolar, isto é, realizada na instituição que historicamente especializou-se na tarefa educativa, a saber, a escola” (CASTANHO, 2008, p. 44).

“De acordo com o projeto constitucional de 1823, para os brancos ou supostamente brancos haveria educação escolar formal, conforme o disposto no Art. 250. Para os índios, haveria catequese e civilização e, para os negros,

emancipados lentamente, haveria educação religiosa e industrial, nos termos do Art. 254” (PERES, 2004, p. 51).

No entanto, segundo Castanho (2008) com o passar dos anos houve uma certa privatização do ensino, ou melhor, como chamavam na época, um “ensino livre”, onde a educação de uma sociedade agroexportadora, até um certo ponto seguiu normas e regras ditadas por uma lógica da elite brasileira. Assim:

“Nos anos 60 e 70 foi o ensino primário e secundário declarado livre em quase todas as províncias do Império. Ainda com o intuito de estimular a contribuição privada celebraram-se as mais variadas modalidades de acordo [do Estado] com a iniciativa particular [...]. A idéia de confiar inteiramente à iniciativa particular o oneroso e improficuo ensino secundário provincial, consagrada em 1868 em São Paulo, seduzia a muitas províncias.” (HAIDAR, 1972, p. 178-79 apud CASTANHO, 2008, p. 47).

Isto é, o Estado por um bom tempo deixou nas mãos da iniciativa privada a responsabilidade do ensino secundário. Temos como exemplo a criação de uma das primeiras escolas, construída em Campinas/SP, no ano de 1874, chamada “Sociedade Culto à Ciência”, projeto cunhado por cafeicultores e alguns integrantes da maçonaria para jovens da classe alta e média de São Paulo (atualmente esse colégio faz parte da rede estadual de nível médio). Esse acontecimento, como diz Morais (1981), trata-se de um exemplo claro onde a elite transplantou para a educação seus interesses políticos.

Com o tempo, a educação deixa de ser um dever, e passa a ser compreendida como um direito dos indivíduos, na qual cabe ao Estado brasileiro garantir e viabilizar aos cidadãos um ensino de qualidade. Desse modo:

“Tornava-se necessário dotar o país com um sistema escolar de ensino que correspondesse satisfatoriamente às exigências da nova ordem política, habilitando o povo para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para assumir plenamente as responsabilidades que o novo regime lhe atribuía. Esta aspiração liberal, embora não consignada explicitamente na letra da lei, conquistou os espíritos esclarecidos e converteu-se na motivação principal dos grandes projetos de reforma do ensino no decorrer do Império” (CARVALHO, 1972, p. 2).

A escola passa a ser o principal agente responsável pela formação do ser humano, preparando-os para a vida social, contribuindo na construção da moral, na intelectualidade, e, na formação profissional. Desse modo, a escola moderna, inicialmente, se constitui com demandas econômicas.

Contudo, ao analisarmos a instituição “escola”, seja em sua estrutura, quanto nas práticas educacionais, nota-se que a mesma cumpre um papel –como diz Foucault (2012) – de docilizar e controlar os corpos. Produzindo/fabricando desse modo “corpos úteis”. Muitas das práticas continuam sendo reflexos da época da colonização, e que está em voga até a atualidade. Como diz Fusinato e Kraemer (2013, p. 21017), certos “mecanismos de controle disciplinar individualizante mantém-se quase intocados na escola atual, na organização e separação dos corpos, na vigilância e no cuidado com estes mesmos corpos, na organização do tempo, dos conteúdos estabelecidos por diretrizes nacionais, etc.”

Em contraste, os estudantes não são passivos diante do controle da instituição escolar, apesar de terem de seguir inúmeras regras impostas, os mesmos se organizam em coletivos, grêmios estudantis, em movimentos sociais, sejam eles partidários ou não. Temos como exemplo o movimento dos secundaristas – movimento que daremos uma ênfase maior por seguinte – que se trata de uma organização de jovens estudantes organizados em prol de melhorias na educação, na luta por subsídios que garantam a permanência no sistema escolar, por uma educação mais justa e inclusiva, etc.

Contudo, para chegarmos a uma compreensão acerca do processo que impulsiona a luta coletiva desses jovens, mesmo diante de falta de incentivo, é necessário que pensemos na relação dos movimentos sociais da juventude com a educação, e seus respectivos papéis participativos como parte da construção da cidadania e da formação de sujeitos sociopoliticamente ativos. Esses movimentos proporcionam um alicerce para formação de base e exercem importante papel na conscientização desses jovens, resultando numa interiorização de novos saberes e de novas ideias, ou seja, esses processos educativos que ocorrem no interior dos movimentos sociais, isto é, quando esses estudantes são instigados a se questionarem e reivindicarem questões tanto de conteúdo escolar, quanto de gênero, etnia, política, meio ambiente, direitos humanos etc. é que haverá ali uma troca e uma produção de saberes. Assim, essa aprendizagem advinda dessas experiências ou de ações desses movimentos ocasionam mudanças no comportamento desses jovens, sobretudo diante de questões sociais e políticas.

Do ponto de vista das práticas educativas dos movimentos sociais, elas são reconhecidas no artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica e podem ser muito bem explicitadas por Gohn:

Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber:

1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder; 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe; 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas; 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento; 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. O desconhecimento de grande parte dos “doutores de gabinete” de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos e camadas (GOHN, 2005, pp. 50-51).

Dessa maneira, Percebe-se que a prática educativa vivenciada nos interior desses movimentos sociais corroboram na fomentação, na organização e na atuação do processo de conscientização e participação desses jovens nos interesses da dimensão social e política, envolvendo-os numa relação socioeducativa ao que tange o cotidiano, as situações de ordem social e os problemas e nuances que compõem a sociedade, gerando atores sociais problematizadores, críticos e transformadores da realidade, capacitando-os de pensar e intervir nessa realidade a qual estão sujeitos.

Portanto, esse modelo pedagógico gerado nos movimentos sociais da juventude tem um caráter emancipador da educação popular, que proporciona para os mesmos uma bandeira socioeducacional que possibilita protagonizar lutas históricas de transformações e mudanças.

4. A Trajetória da UESP como Movimento Estudantil no Município de Petrolina

Como visto anteriormente, a representação e a luta estudantis são essenciais para a reivindicação e manutenção de direitos dessa classe. No município de Petrolina, em Pernambuco, há várias entidades que se propõem a representar a classe estudantil, assim como reivindicar suas demandas. Existem organizações, coletivos e entidades como a UJC (União da Juventude Comunista), UJR (União da Juventude Revolucionária), UJS (União da Juventude Socialista), entre outras, que, apesar de não serem representações específicas de estudantes, são majoritariamente formadas por estes. Existem, no entanto, algumas entidades que se dedicam à representação estudantil, como o DCE (Diretório Central dos Estudantes) e os CAs (Centros Acadêmicos) de cada curso universitário, mas estes realizam sua representação a nível de ensino superior. Os estudantes do ensino secundário, ou médio, por sua vez, são representados pela UESP (União dos Estudantes Secundaristas de Petrolina).

Apesar de não existirem registros, sabe-se, por meio da tradição passada pelos membros da entidade, que a UESP foi fundada na década de 90. O primeiro registro

estatutário é datado em 1996. Em alguns momentos, o movimento passou por dificuldades, seja em tempos mais antigos, seja em tempos mais recentes, como a pandemia do Covid-19. Atores do movimento relatam que, em 2020, a pandemia dificultou muito o trabalho da organização, devido a diversos fatores. Alguns deles foram a necessidade de isolamento social, que esvaziou as escolas e a própria entidade; e as crises econômica e política que se desenrolaram no Brasil nesse contexto, gerando, inclusive, falta de condições financeiras, por parte dos estudantes, para se manterem na escola. Conseqüentemente, as ações da UESP se tornaram escassas, assim como seus participantes, que, por um período de tempo, consistiram em apenas uma pessoa.

Atualmente, a UESP é presidida por Paolo Presta, e como não foi possível contatar antigos presidentes e participantes para obter relatos, a maioria das informações, aqui expostas, sobre a organização, foram adquiridas por meio de entrevistas com o atual presidente. Também é importante destacar a existência de pouquíssimos registros de documentos oficiais, sendo estes, apenas atas mais recentes, das eleições de 2012 e 2016.

Como já exposto anteriormente, a UESP é a organização que representa os estudantes secundaristas da cidade de Petrolina, de forma a intermediar a conversa entre a classe estudantil e as autoridades que podem considerar suas demandas. Trazendo os debates que estão em vigor no âmbito legislativo, seja ele local, estadual ou até mesmo federal, para as instituições escolares de Petrolina, o movimento tem a proposta de agregar as diferentes classes estudantis nas decisões tomadas na frente política. Por isso, a comunicação entre a entidade e os estudantes é primordial para o bom funcionamento do processo de representação política e social.

Para isso, a criação e manutenção de grêmios estudantis é muito importante, pois facilita a comunicação entre escolas e a UESP. Dessa forma, uma das proposições da UESP, ao chegar em uma escola, é a construção de um grêmio com os estudantes. Com tal objetivo, a união se propõe a incentivar e fortalecer a liderança estudantil, de maneira a dar voz aos jovens. A partir disso, as demandas e necessidades são passadas, que vão desde problemas de mais fácil resolução, como falta de bebedouros, parques recursos ou conflitos com professores, a problemas maiores e que englobam todos os estudantes da cidade, como o direito a meia entrada, ao passe livre, a carteirinha de estudantes, e a bonificação de inclusão regional na universidade local, a UNIVASF.

A comunicação com os estudantes é realizada através de diversos meios, como a publicação trimestral de jornais que os informam sobre as demandas e as lutas da UESP, bem

como a realização de seminários e palestras, eficazes ao levar aos ouvidos dos jovens os temas relacionados as suas realidades.

Sua importância está no incentivo à participação política dos estudantes, de maneira que eles possam utilizar os meios disponíveis para comunicar às autoridades suas exigências. A educação é um direito previsto pela atual Constituição, porém que tem sido negligenciado pelas autoridades políticas, especialmente na última década com os cortes nos recursos destinados a este âmbito. Por isso, faz-se necessário sua defesa, avançando em direção de sua gratuidade, qualidade e generalidade, para que todos possam ter acesso a ensino e aprendizado que proporcionem uma melhora na qualidade de vida.

A fim de fazerem suas reivindicações serem ouvidas, a UESP organiza movimentações e atos. Para isso, os atores da entidade passam pelas escolas, de sala em sala, comunicando o problema e mobilizando os alunos, para que uma manifestação aconteça. Esse foi o caso, por exemplo, do último ato realizado pela organização, em 10 de março de 2022. Os estudantes protestavam contra o aumento da passagem de ônibus em Petrolina, que havia subido para R\$4,10 (quatro reais e dez centavos). Além de todo o trabalho para mobilizar os estudantes nas escolas, a UESP se encarregou de adquirir permissões dos pais para que os alunos participassem do movimento, dado que são menores de idade, e disponibilizou transporte para levá-los ao local do ato, e depois devolvê-los às escolas. Foi o primeiro ato realizado desde o início da pandemia, e contou com cerca de duzentas pessoas. O presidente, Paolo, considerou este o ato mais marcante desde que entrou para a entidade, justamente por ter sido mobilizado em um curto espaço de tempo, e ainda durante um período de grande despolitização escolar, devido às mudanças governamentais e educacionais brasileiras, com a chegada da nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular), mais conhecida como “ novo ensino médio”, que diminui a exposição dos alunos a disciplinas de humanas, como sociologia, história e filosofia.

Nesse sentido, a UESP procura também sempre realizar um trabalho de maior politização estudantil. A entidade tem interesse em formar seres políticos e cidadãos, com uma maior consciência política, e não apenas utilitarista, com fins empregatícios, como parece ser o interesse da nova BNCC. De acordo com Paolo, a UESP acredita em uma educação libertadora, pública, gratuita e de qualidade, de forma que sua atuação seja sempre pautada por esses valores.

Ademais, é interessante perceber que, apesar da UESP ser uma entidade a nível municipal, as entidades estudantis de diferentes níveis estão sempre cooperando. A UESP, por exemplo, é uma “entidade-irmã” da UESPE (União dos Estudantes Secundaristas de

Pernambuco), que age a nível estadual. Isso se dá por serem organizações conjuntas, que trabalham juntas, e dividem interesses e pautas. Existem, inclusive, pessoas que fazem parte dos dois movimentos. É o caso de Paolo, que é presidente da UESP, e tesoureiro da UESPE.

Apesar desse apoio entre as entidades estudantis, e de já terem vencido algumas batalhas, o trabalho nunca é pouco ou pode se dar como terminado, lembra Paolo. A manifestação de 10 de março, contra o aumento da passagem, comentada anteriormente, não significou um atendimento automático da demanda dos estudantes. Mesmo com todos seus esforços, entrevistas em rádios e conversas com representantes da prefeitura e da Autarquia Municipal de Mobilidade de Petrolina (AMMPLA), o que conseguiram foi uma votação para uma assembleia pública na Câmara de Vereadores, que ocorreu uma semana após o ato. A finalidade da assembleia seria ouvir o povo, a fim de analisar a situação e saber se seria possível reverter o aumento da tarifa. A realização de tal assembleia, no entanto, foi vetada, e a UESP já prossegue com a luta, organizando um novo ato para o dia 5 de abril de 2022, que promete contar com a participação de ainda mais pessoas. Percebe-se, dessa forma, que a UESP é importante para os estudantes por canalizar suas energias e revoltas para o lugar certo, os mobilizando de forma que possam lutar pelos seus direitos. A luta pela educação libertadora e pela maior consciência política estudantil prossegue, até quando for necessário.

4. Considerações Finais

Com base na discussão apresentada, foi possível observar a importância da participação da juventude dentro dos movimentos sociais, sobretudo no movimento estudantil, onde estes contribuem de forma significativa tanto processo educacional e pessoal dos jovens, quanto na formação de consciência política desse grupo, que tem um papel de extrema importância na sociedade, tendo em vista que em um futuro próximo, estes mesmos estudantes, poderão ser representantes da sociedade e participar ativamente da política brasileira. Por isso, é imprescindível dar visibilidade aos jovens que com consciência política conseguem se organizar politicamente, como é o caso dos jovens que integram a União dos Estudantes Secundaristas de Petrolina (UESP), para que a cada dia mais, barreiras sejam quebradas e pré-julgamentos ligados à juventude brasileira, imbuindo assim senso de coletividade, pertencimento, e principalmente de sentimento de luta e ação visando mudanças em realidades, que os movimentos sociais podem proporcionar para o jovem. A realização deste trabalho mostrou o quão árduo é remontar as histórias de lutas como da UESP, mas que mesmo sendo um processo que leva tempo, é necessário que seja feito.

Referências Bibliográficas

ANSIEDADE (transtorno de ansiedade generalizada). [S. l.], 4 mar. 2013. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/ansiedade-transtorno-de-ansiedade-generalizada/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização**. São Paulo, 1972. (Mimeog.)

CASTANHO, Sergio. **A institucionalização escolar entre 1879 e 1930**. Série-Estudos. Campo Grande-MS, n. 25, p. 43-56, jan./jun. 2008.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude et al (Org.) **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

DEPRESSÃO e ansiedade entre jovens dobraram durante a pandemia, revela pesquisa: Análise revisou 29 estudos com mais de 80 mil participantes com idades entre 4 e 17 anos em todo mundo para avaliar impactos na saúde mental. [S. l.], 18 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/depressao-e-ansiedade-entre-jovens-dobram-durante-a-pandemia-revela-pesquisa/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 402ª ed, Petrópolis: Vozes, 2012.

FUSINATO, Claudia V. KRAEMER, Celso. **A invenção histórica da escola e escolarização no Brasil**. XI congresso nacional de educação EDUCERE. 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação**; Caderno C R H, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, Jan./Abr. 2018;

IKUNO, Beatriz Alves; STEFANIN, Guilherme Galhardo; CASTRO, João Gabriel Lopes de; MOTA, Luana Melo; MOREIRA, Yumi Kozaki; MORALES, Angélica Góis. Estudo da ansiedade presente nos pré-vestibulandos durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). In: ALVES, Gleica Soyan Barbosa; OLIVEIRA, Eliene de; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman de (org.). **EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: Saúde**. 1. ed. Belo Horizonte - Mg: Poisson, 2021. v. 30, cap. 1, p. 8-16.

INGLEHART, Ronald F.. **A REVOLUÇÃO SILENCIOSA NA EUROPA: MUDANÇA INTERGERACIONAL NAS SOCIEDADES PÓS INDUSTRIAIS**. Revista de Sociologia e Política, [S.l.], v. 20, n. 43, out. 2012. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31848>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

JUNIOR, Marcos Aurélio Freire da Silva; MOURA, Joana Tereza Vaz. MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE: Discursos coletivos e narrativas na construção das mobilizações contemporâneas em Natal/RN. Anais XVIII ENANPUR 2019.

LUCENA, Hadassa Monteiro de Albuquerque; CAMELO, João Carlos Pereira; SILVA, Severino Bezerra da. Educação popular e juventude: o movimento social como espaço educativo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 174, p. 290-315, out./dez. 2019. <https://doi.org/10.1590/198053146754>

MORAES, Carmen S. V. **O ideário republicano e a educação: o Colégio “Culto à Ciência” de Campinas (1869 a 1892)**. São Paulo: Faculdade de Educação (Dissertação de Mestrado) – USP, 1981

PERES, Tirsia Regazzini. **Educação brasileira no império**. PALMA FILHO, J. C. Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Rabassa da. POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: trajetória e desafios. Caern CRH, Salvador, ano 63, v. 24, p. 663-678, 20 mar. 2011.

SPOSITO, M.P.; CARRANO, P.C.R. Juventude e políticas no Brasil. In: DÁVILA, Oscar Leon (Org.) Políticas públicas de juventude na América Latina: para Ediciones CIDPA, de Vinã del Mar, Chile/In: REUNIÃO ANUAL DO ANPED, 26, Poços de Caldas, MG, de 5 a 8 de dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2022.

UMA A cada 4 crianças e adolescentes teve sinais de ansiedade e depressão na pandemia, aponta estudo Fonte: Agência Câmara de Notícias: Suicídio e a chamada "síndrome da gaiola" - medo de sair de casa - são algumas das questões que preocupam especialistas Fonte: Agência Câmara de Notícias. [S. l.], 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/774133-uma-a-cada-4-criancas-e-adolescentes-teve-sinais-de-ansiedade-e-depressao-na-pandemia-aponta-estudo/#:~:text=Uma%20em%20cada%20quatro%20crian%C3%A7as,necessidade%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20de%20especialistas>. Acesso em: 17 mar. 2022.